



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS

Orçamento do Estado 2015

Programa Orçamental Representação Externa

DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE

12 de novembro de 2014



ÍNDICE

I	NOTA INTRODUTÓRIA	3
II	Políticas	3
II.1	Políticas para 2015	3
II.1.1	Relações Bilaterais e Multilaterais	3
II.1.2	Diplomacia Económica	7
II.1.3	Lusofonia e as Comunidades Portuguesas.....	8
II.2	Balanço de 2014.....	10
II.3	Medidas para 2015	13
III	Despesa Consolidada	15
IV	Orçamento de Funcionamento e de Investimento	18
V	Despesas por Classificação Económica	19
VI	Evolução das despesas do MNE	21
VII	Rede Externa	23
VIII	Recursos Humanos.....	25



I NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2015.

II POLÍTICAS

A política externa, como instrumento de afirmação de Portugal no Mundo, desenvolve-se em torno de três grandes eixos de intervenção:

- Relações bilaterais e multilaterais
- Diplomacia económica
- Lusofonia e as Comunidades Portuguesas

II.1 Políticas para 2015

II.1.1 Relações Bilaterais e Multilaterais

No contexto da participação de Portugal no processo de construção europeia, a atuação será marcada pela defesa dos princípios fundamentais da coesão e solidariedade entre os Estados-membros, bem como pelo reforço do método comunitário, destacando-se a intervenção nas seguintes áreas:

1. Acompanhamento e apoio à discussão do mecanismo único de resolução bancária que pretende, acima de tudo, reforçar a coordenação das políticas económicas de forma a garantir a maior convergência no âmbito da União Económica e Monetária.
2. Implementação da Política Europeia de Vizinhança, quer a Leste quer a Sul, concedendo especial atenção aos parceiros mediterrânicos no âmbito do apoio da União Europeia aos processos de transição democrática.
3. Implementação das prioridades e do roteiro da Estratégia Conjunta UE-África para o período 2014-2017, decididos na 4.ª Cimeira UE-África.
4. Preparação e participação na Cimeira com os países latino americanos (Cimeira UE-CELAC), por forma a reforçar os laços político económicos existentes com esta região.
5. Participação no processo de redesenho das regras do comércio internacional e da Política Comercial Comum em particular, reafirmando Portugal a sua agenda estratégica, com a participação constante e construtiva nos respetivos fora. Destacam-se, ao nível da União Europeia, as negociações de grandes acordos comerciais com países terceiros e com agrupamentos regionais, nomeadamente, da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento com os EUA.
6. Aprofundamento do Mercado Único Europeu, com especial destaque para os setores que apresentam maior potencial de crescimento, nomeadamente a indústria, a energia, os transportes e as telecomunicações, bem como o mercado digital.



7. No que respeita à transposição de diretivas e à aplicação do direito da UE, aprofundamento do processo de acompanhamento político reforçado, que pretende ajudar a ultrapassar as dificuldades resultantes de processos de transposição de diretivas que exijam adaptações legislativas complexas e com impactos significativos.
8. Reforço da estratégia de crescimento e restauro da relação de confiança entre a UE e os seus cidadãos. A revisão intercalar da Estratégia Europa 2020 constitui a oportunidade para afinar objetivos e instrumentos tendo em vista assegurar um crescimento sustentável, inclusivo e gerador de emprego.
9. Acompanhamento do novo ciclo institucional na UE, marcado pela nomeação de novos presidentes da CE, do Conselho Europeu e de um novo Alto Representante/Vice-Presidente, assim como pelos trabalhos da oitava legislatura do Parlamento Europeu. Merecerá igualmente uma atenção particular a implementação da agenda estratégica da UE.
10. Manutenção de uma política ativa de promoção da presença de cidadãos nacionais nas instituições e organismos da UE, bem como em outras Organizações Internacionais.
11. Acompanhamento da revisão do Serviço Europeu de Ação Externa, tendo presente o convite já dirigido pelo Conselho da UE ao próximo Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, para analisar o progresso obtido e apresentar, o mais tardar até ao final do próximo ano, uma avaliação sobre a organização e o funcionamento daquele Serviço.
12. Zelar para que a implementação do Tratado de Lisboa na área da Política Externa e de Segurança Comum responda a prioridades nacionais e europeias de política externa e permita à UE dotar-se de instrumentos modernos e eficazes para emprestar uma coerência acrescida à sua ação e dos seus Estados-membros, em resposta a desafios regionais e globais, assegurando uma maior visibilidade na cena internacional.

Em paralelo com a participação ativa no contexto das instituições europeias, Portugal empenhar-se-á em garantir uma participação ativa nas organizações internacionais multilaterais, com destaque para as seguintes prioridades:

1. Atribuir máxima prioridade à questão da segurança marítima no Golfo da Guiné, promovendo a coordenação internacional nesta matéria e a capacitação dos países e organizações da região, através de uma abordagem multissetorial, no combate aos fenómenos de pirataria e outros tráficos ilícitos que afetam a região, dentro do respeito pelo princípio da apropriação nacional e regional.
2. Participar ativamente nos vários fora multilaterais que visam prevenir e combater a criminalidade organizada ou as ameaças transnacionais tais como o terrorismo, a pirataria, o tráfico de drogas ou o tráfico de seres humanos.
3. No âmbito das Nações Unidas, contribuir de forma construtiva para a tomada de decisões no quadro da manutenção da paz e da segurança internacionais, da promoção do desenvolvimento e do respeito pelos direitos humanos.
4. Participar de forma ativa na definição e execução da política de direitos humanos da UE, bem como, no quadro das Nações Unidas, com destaque para o Conselho



de Direitos Humanos, na sequência da eleição de Portugal como membro do CDH para os próximos três anos.

5. Assumir uma postura participativa nas discussões de seguimento das Conclusões do “Rio+20”, tanto no âmbito da UE, como nos vários fora das Nações Unidas que abordam a temática do Desenvolvimento Sustentável.
6. Continuar a valorizar as temáticas dos Oceanos e dos Assuntos do Mar, tendo presente, nomeadamente, a defesa dos interesses nacionais no âmbito da proposta de extensão da plataforma continental submetida por Portugal junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas.
7. Assegurar uma participação ativa na UNESCO, nomeadamente no quadro da sua presença no Comité do Património Mundial como membro eleito (mandato 2013-2017).
8. No âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e ao nível estratégico, prosseguir o empenhamento político ativo nas discussões sobre o futuro da Aliança decorrentes do novo ambiente internacional de segurança, em consequência da crise na Ucrânia.
9. Assegurar uma participação ativa no Conselho da Europa, incluindo no quadro do Centro Norte-Sul.
10. No quadro da não-proliferação e desarmamento, participar ativamente na Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação (TNP), nos esforços redobrados na União Europeia para o lançamento do Código Internacional de Conduta para o Espaço Exterior, bem como na entrada em vigor do Tratado de Comércio de Armas (ATT).
11. Assegurar a presidência portuguesa do Fórum Jurídico do Grupo de Contacto de luta contra a pirataria ao largo da costa da Somália, dando execução ao plano estratégico e promovendo a troca de informação na área jurídica.
12. Reforçar a posição de Portugal no combate à impunidade dos crimes de maior gravidade à escala internacional, reforçando a cooperação com o Tribunal Penal Internacional e promovendo a aplicação na ordem interna das “ emendas de Kampala” ao Estatuto de Roma;
13. Contribuir para a plena aplicação do Direito Internacional Humanitário através da criação de um mecanismo de monitorização do seu cumprimento, no quadro da Conferência Internacional da Cruz Vermelha.

No plano das relações bilaterais, assinalam-se as seguintes áreas de intervenção:

1. Aprofundamento do relacionamento bilateral com os Estados Unidos da América no contexto das consultas políticas prosseguidas na Comissão Bilateral Permanente e consequente reforço da cooperação setorial, com destaque para a defesa, a justiça e administração interna ou, ainda, para a ciência e tecnologia, energia e ambiente.



2. Aprofundamento do relacionamento económico e comercial com os países da Europa de Leste e Ásia Central. Neste contexto, salienta-se o recente estabelecimento de uma antena diplomática em Astana, que permitiu conferir uma maior dinâmica às relações bilaterais.
3. Valorização dos laços históricos e privilegiados com a América Latina. Para além do reforço do relacionamento com o Brasil, prosseguirá o esforço de aprofundamento das relações com outros países da região.
4. Reforço das relações bilaterais com os países da região do Magrebe nas suas múltiplas vertentes, nomeadamente através da realização de visitas bilaterais, das Cimeiras bilaterais instituídas com Marrocos, Argélia e Tunísia e do acompanhamento dos processos de transição e reformas na região.
5. Acompanhamento, preparação e coordenação de iniciativas no âmbito da copresidência portuguesa do Diálogo 5+5, assumida em 2013 e que se prolongará até meados de 2015, e no reforço da cooperação e colaboração com outros mecanismos de diálogo no Mediterrâneo, nomeadamente a União para o Mediterrâneo.
6. Aposta no fortalecimento e diversificação do relacionamento com os países do Médio Oriente, nomeadamente do Golfo Pérsico. Neste contexto, assumirá especial relevo a criação de um enquadramento normativo favorável à internacionalização de empresas nacionais na região.
7. Consolidação e reforço do relacionamento privilegiado com os países africanos, continuando as relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a assumir especial preponderância, através da dinamização de visitas bilaterais recíprocas, a todos os níveis e em todos os setores com relevância para a nossa cooperação.
8. Aprofundamento das relações com os países da Ásia e da Oceânia, através da realização de visitas bilaterais (nas quais será dado especial ênfase à dimensão económica) e de consultas políticas, bem como da negociação de instrumentos jurídicos bilaterais.

O relacionamento especial existente com os países africanos de língua portuguesa e a participação de Portugal na CPLP constituem alicerces da política externa portuguesa. Investir na consolidação e aprofundamento da CPLP e promover uma política de cooperação estruturante são áreas prioritárias a prosseguir.

Na área particular da Cooperação para o Desenvolvimento, serão prosseguidas as seguintes linhas de orientação:

1. Na área da cooperação para o desenvolvimento e após a aprovação, em fevereiro de 2014, do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, importará operacionalizar os objetivos, princípios e prioridades consignados, mobilizando os atores nacionais em torno de uma política de Cooperação mais alinhada, mais instrumental e mais visível e assente numa lógica de gestão por resultados.



2. No plano externo, realce para a Presidência do Grupo de Doadores em Moçambique (G-19) que Portugal assumirá a 1 de junho de 2015, para o retomar dos projetos de cooperação institucional com a Guiné-Bissau, bem como para a elaboração e negociação de novos Programas Estratégicos de Cooperação com Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.
3. No plano multilateral, Portugal continuará a empenhar-se na preparação e participação nos debates que terão lugar nos fora internacionais sobre a agenda Pós-2015 e nas questões relacionadas com o financiamento do desenvolvimento.
4. Sublinha-se que, em 2015, terá lugar o exame do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE que efetuará a análise e a avaliação da política de cooperação portuguesa, incluindo um balanço quanto ao grau de implementação das recomendações do último exercício realizado em 2010.
5. De referir, ainda, que 2015 será o Ano Europeu para o Desenvolvimento, pelo que será promovido pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua um alargado programa de atividades que terá como objetivo informar, sensibilizar e envolver os cidadãos nas temáticas da Cooperação para o Desenvolvimento.

II.1.2 Diplomacia Económica

No atual contexto, em que a diplomacia económica se assume como um eixo estruturante da política externa, é necessário manter a aposta no aumento e promoção das exportações e na captação de investimento estrangeiro.

Neste sentido, destaca-se:

1. O desenvolvimento do enquadramento jurídico das relações bilaterais ao nível da negociação e entrada em vigor de acordos que contribuem para o reforço das relações económicas e de cooperação com países terceiros.
2. A alocação de recursos para os países com maior potencial de incremento das exportações, e de captação de investimento direto estrangeiro, tendo em conta a análise dos movimentos de internacionalização da economia portuguesa.
3. A diversificação de mercados, o alargamento da base exportadora e a atração de investimento estruturante que gere riqueza, aumente o valor acrescentado dos nossos produtos e serviços e crie postos de trabalho qualificados, são três pilares essenciais da atuação do Governo em matéria de diplomacia económica.
4. A aposta na “Marca Portugal”, contribuindo para uma efetiva promoção da proposta de valor do país e das empresas.



II.1.3 Lusofonia e as Comunidades Portuguesas

Tendo em conta o objetivo estratégico de garantir uma maior aproximação aos portugueses que se encontram no estrangeiro, o Governo irá:

1. Dar continuidade à estratégia de afirmação da Língua Portuguesa enquanto língua de comunicação multinacional e internacional, contribuindo para reforçar a sua influência e posição no sistema mundial. Será dada particular atenção às recomendações do Plano de Ação de Lisboa (PAL), aprovado na X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que teve lugar em Díli, em julho de 2014.
2. No âmbito do ensino do Português no estrangeiro, promover um sistema de qualidade, nomeadamente através da monitorização científica e pedagógica dos cursos das redes públicas, associativas e particulares, da progressiva extensão do sistema de avaliação, certificação das aprendizagens, do Programa de Incentivo à Leitura e do apoio crescente às mais diversas modalidades de ensino do Português existentes nos países de fora da Europa.
3. Persistir também no esforço que vem sendo desenvolvido ao nível da integração curricular do Português nos sistemas de ensino secundário de países do Magrebe, África Austral e América Latina, para além dos países com significativas diásporas portuguesas, e na formação de professores de Português como língua estrangeira, em articulação com outros países da CPLP.
4. No âmbito da promoção da cultura portuguesa no exterior, dar continuidade ao desenvolvimento de parcerias com entidades públicas e privadas, no sentido de concertar a apresentação externa das expressões artísticas contemporâneas, extensiva aos diversos domínios das indústrias culturais e criativas, privilegiando os diálogos entre tradição e modernidade.
5. Prosseguir o programa de reestruturação e qualificação da rede de Centros Culturais Portugueses no mundo como plataformas de intervenção regional, nomeadamente na promoção e ensino do Português como língua estrangeira, sendo dada prioridade à normalização da direção de vários centros durante o ano de 2015.
6. Melhorar as políticas específicas que garantam um apoio consular mais próximo dos cidadãos, designadamente através da realização de permanências consulares, da criação de novos pequenos serviços de proximidade, do alargamento da rede de centros de atendimento complementares dos serviços administrativos dos consulados e da nomeação de novos chanceleres, de acordo com o disposto no novo regime jurídico do pessoal dos serviços externos do MNE.
7. Envolver os postos consulares, de forma mais atuante, no fomento da participação cívica e política das Comunidades, no acompanhamento de novos fluxos migratórios, particularmente em relação aos cidadãos mais desprotegidos, no incentivo ao associativismo empresarial e numa maior intervenção dos jovens e das mulheres na vida cívica.
8. Dar continuidade à Campanha “Trabalhar no Estrangeiro”, em articulação com sindicatos, gabinetes de apoio ao emigrante e outras instituições da sociedade



civil, de forma a garantir um maior esclarecimento aos candidatos a trabalhar no exterior e prevenir situações de exploração laboral.

9. Conceder máxima prioridade ao acompanhamento político e diplomático das questões resultantes de decisões já tomadas ou em discussão em vários países da Europa no sentido da limitação da entrada de trabalhadores estrangeiros, procurando preservar ao máximo o direito de livre circulação no espaço europeu e os interesses dos portugueses residentes nestes países.
10. O Conselho das Comunidades Portuguesas e o movimento associativo da diáspora, com especial relevância para as suas vertentes de apoio social, empresarial, cultural e de juventude, são considerados parceiros privilegiados para o desenvolvimento das políticas para o sector das Comunidades Portuguesas. A revisão da Lei do Conselho das Comunidades Portuguesas permitirá apostar de forma mais evidente na relação com as mais diversas Comunidades, melhorando os seus mecanismos de organização local e regional.
11. A rede consular continuará, assim, a ser um instrumento ativo de desenvolvimento da nossa política externa, conjugando a sua função institucional de representação do Estado com ações integradas de diplomacia económica e cultural, numa estreita ligação às Comunidades portuguesas.



II.2 Balanço de 2014

Tendo presente os eixos prioritários de intervenção acima referidos e a orientação geral de contenção de despesa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros empreendeu, em 2014, um conjunto alargado de medidas das quais se destacam:

1. Contribuição para o esforço global de redução das despesas com pessoal, por via da implementação de medidas transversais à Administração Pública, nomeadamente do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo e da não substituição de aposentações;
2. Continuação do processo de racionalização do património do MNE no exterior, por via da alienação de imóveis e renegociação dos contratos de arrendamento;
3. Redimensionamento da rede diplomática e consular, adaptando-a a novas realidades e aos recursos financeiros e humanos disponíveis, tendo sido temporariamente desativada a Embaixada em Bratislava, encerrado o escritório consular em Ajácio, gradualmente consolidada a secção consular em Islamabad e dada continuidade às antenas em Astana e Panamá.
4. Prossecução do exercício de revisão do Estatuto da Carreira Diplomática, com vista a contribuir para a dignificação da carreira especial dos diplomatas e a aumentar o nível de exigência;
5. Manutenção da redução específica dos abonos de representação dos diplomatas;
6. Continuação dos processos de co-localização da rede diplomática e consular e da rede externa da AICEP;
7. Prossecução de ações de divulgação e promoção do regime especial de concessão e renovação de autorização de residência a estrangeiros para atividade de investimento em Portugal;
8. Consolidação dos Planos de Negócios em matéria de diplomacia económica definidos para cada serviço externo, contribuindo para um maior e mais correto enquadramento das ações de diplomacia económica;
9. Atribuição dos prémios “Mais Diplomacia Económica” aos mercados que mais se evidenciaram nesta área, abrangendo 15 países de diversas áreas geográficas;
10. Início do projeto de alteração dos documentos de identificação nacional do pessoal das missões diplomáticas acreditadas em Portugal, promovendo uma melhoria significativa da fiabilidade internacional dessa documentação através do reforço das condições de segurança da sua emissão.
11. Concretização de duas edições semestrais do Programa de Estágios Curriculares no MNE, com o ingresso de mais de 90 estagiários no Ministério;
12. Apresentação, no início do ano, e concretização do plano anual de formação envolvendo todas as categorias e também os serviços externos, incluindo formação específica em matéria de diplomacia económica;



13. Continuação da reorganização dos espaços e acervos dos Arquivos MNE, incluindo do acervo documental da Biblioteca, com a disponibilização em linha da biblioteca pessoal de Franco Nogueira, a avaliação do Fundo Antigo e a integração do Fundo Comissão Nacional da UNESCO;
14. Incorporação no Arquivo Histórico Diplomático (AHD) da documentação do Gabinete de Negócios Políticos proveniente do Arquivo Histórico Ultramarino, de onde também recebeu a transferência do Arquivo denominado “Gabinete dos Governadores de Macau”;
15. Início da migração da rede informática dos postos para o domínio “mne.pt”, o que implicou a renovação e uniformização do parque informático, o reforço das capacidades de segurança e armazenamento e poupanças significativas com os custos de comunicações;
16. Portugal assumiu a Presidência do Fórum Jurídico do Grupo de Contacto de luta contra a pirataria ao largo da costa da Somália e, neste contexto, promoveu o lançamento de um novo *website* para permitir a troca de informações jurídicas e de boas práticas;
17. Elaboração e divulgação do Guia de procedimentos para a vinculação do Estado Português a acordos internacionais, assim como o Anuário Português de Direito Internacional relativo a 2012;
18. Elaboração do “Manual de Boas Práticas de Transposição de Diretivas” com o objetivo de melhorar a posição de Portugal no *Scoreboard* da União Europeia;
19. Atribuição do prémio de melhor Centro SOLVIT (com a maior percentagem de casos resolvidos da década) ao departamento português, que integra uma rede informal de resolução de conflitos criada pela Comissão Europeia.
20. Renovação da certificação do Centro de informação Europeia Jacques Delors, como entidade formadora, válida até junho de 2017;
21. Continuação das ações de divulgação de oportunidades de emprego e de estágio na União Europeia, nas Organizações Europeias Internacionais e serviços externos do MNE, através do sítio “Carreiras Internacionais”, bem como da divulgação de oportunidades de negócios e contratos públicos publicados por Instituições e outros organismos da União Europeia através do sítio “Oportunidades de Negócio na União Europeia”.
22. Continuação de diversas ações de apoio aos portugueses emigrados em situações socialmente delicadas, apostando-se numa maior articulação entre a rede consular e instituições associativas que desenvolvem atividade nesta área.
23. Início do processo legislativo para a revisão da legislação do Conselho das Comunidades Portuguesas;
24. Criação de uma nova base de dados informática das Comunidades Portuguesas, a começar pelos níveis empresarial, que está disponível ao público;
25. Criação do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, que iniciou a sua atividade, apoiando empresários das Comunidades Portuguesas e promovendo ações com a sua participação.



26. Implementação de ações tendo em vista o aumento da participação cívica e política dos elementos mais ativos das Comunidades Portuguesas;
27. Continuação da Campanha “Trabalhar no Estrangeiro”, destinada ao aconselhamento a quem pretende hoje emigrar;
28. Continuação da reforma do ensino do Português no estrangeiro em articulação com o Ministério da Educação e Ciência, diversificando e alargando os objetivos da rede e melhorando os mecanismos de certificação da aprendizagem, da formação de professores, de combate ao insucesso escolar e de incentivo à leitura;
29. Diversificação das Permanências Consulares, aumentando a sua periodicidade e as áreas de cobertura das comunidades servidas, com ganhos de eficiência, e prosseguiu-se o apetrechamento dos postos consulares com equipamento informáticos que permitem realizar Permanências Consulares;
30. Aprovação do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, definindo prioridades geográficas, áreas e formas de atuação;
31. Implementação do novo Programa Estratégico de Cooperação com Timor-Leste no âmbito de uma nova geração de programas em substituição dos anteriores Programas Indicativos de Cooperação;
32. Operacionalização do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP) em Moçambique;
33. Início do processo de reestruturação do Instituto de Investigação Científica Tropical, com vista a concentrar as suas competências basilares, racionalizar e valorizar a capacidade de investigação científica, simplificar a estrutura e aumentar as receitas geradas pelo seu próprio funcionamento;
34. Lançamento do Programa Embaixadorias, promovendo a realização de visitas de Embaixadores acreditados em Lisboa a empresas localizadas em território nacional.



II.3 Medidas para 2015

Em 2015, o Ministério dos Negócios Estrangeiros continuará comprometido com o objetivo de redução estrutural da despesa pública, para o qual tem dado um contributo significativo nos últimos anos através da implementação de um conjunto de medidas de racionalização dos recursos públicos, tendo sempre presente os princípios e as prioridades estabelecidas nas linhas de ação da política externa portuguesa.

Seguindo esse espírito de racionalização e inovação, o MNE promoverá, em 2015, um conjunto de iniciativas consideradas como prioritárias para a prossecução das linhas de ação da política externa e essenciais para que o Ministério possa desenvolver a sua missão de defesa dos interesses nacionais na vertente externa e de apoio às comunidades portuguesas.

Nesse contexto, com impacto orçamental direto, identificam-se as seguintes iniciativas de política a implementar em 2015:

1. Redimensionamento da Rede Externa e Reforço da Rede Consular, resultante dos ajustamentos indispensáveis na rede diplomática e consular para a prossecução da política externa.
2. Assegurar o funcionamento dos serviços de suporte do MNE, através da necessária renovação e substituição das carreiras diplomática, técnica e administrativa do MNE, nomeadamente por via da abertura de concurso de ingresso na carreira diplomática e de outros procedimentos concursais adequados.
3. Promover o lançamento do Programa de Estágios em Missões Portuguesas no âmbito do Programa Garantia Jovem e do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central.
4. Desenvolver projetos de investimento na área dos vistos, incluindo o Projeto do Centro Comum de Vistos em Cabo Verde, assegurando parte do financiamento nacional de projetos no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 para a área dos Assuntos Internos, através do Fundo de Segurança Interna.
5. Continuar o esforço de diversificação e aumento da área de cobertura das permanências consulares, por meio do fornecimento de novos equipamentos móveis de recolha de dados biométricos a mais postos da rede.
6. Manter o ritmo de racionalização de recursos e de redução das despesas com comunicações, por via da informatização progressiva dos serviços.
7. Desenvolver e finalizar o Plano de Classificação Documental transversal a todo o MNE, contribuindo para a racionalização do arquivo.
8. Dar sequência à reforma do Ensino do Português no Estrangeiro, prosseguindo a introdução de medidas qualitativas no domínio da avaliação, certificação e alargamento da respetiva rede a países fora do espaço europeu.
9. Elaborar os Programas Estratégicos de Cooperação com Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, no âmbito da nova geração de programas, prevendo novas áreas de intervenção, atores e modalidades de financiamento.



10. Operacionalizar os objetivos, princípios e prioridades do Conceito Estratégico da Cooperação 2014-2020, consolidando as intervenções do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua IP enquanto entidade nacional responsável pela direção, coordenação e supervisão da política de cooperação.
11. Concretizar a reestruturação do Instituto de Investigação Científica Tropical, concentrando as suas competências basilares, racionalizando e valorizando a capacidade de investigação científica, simplificando a estrutura e aumentando as receitas geradas pelo seu próprio funcionamento.



III DESPESA CONSOLIDADA

O total da despesa consolidada do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano de 2015 ascende a 344,8 M€, refletindo uma redução de 1,1% face à despesa estimada para 2014.

Quadro III.1 – Despesa consolidada do MNE

	M€			
	2014 Estimativa	2015 Orçamento Ajustado	Varição	Estrutura 2015
Estado	327,0	311,5	-4,7%	76,2%
1. Atividades	322,2	308,5	-4,3%	75,5%
1.1. Com cobertura em receitas gerais	290,0	286,6	-1,2%	70,1%
Funcionamento em sentido estrito	210,0	211,6	0,8%	51,8%
Dotações específicas	80,0	75,0	-6,3%	18,4%
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	80,0	75,0	-6,3%	18,4%
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	32,1	21,8	-32,1%	5,3%
2. Projetos	4,8	3,0	-37,1%	0,7%
2.1. Financiamento nacional	4,8	3,0	-37,1%	0,7%
2.2. Financiamento comunitário	0,0	0,0	0,0%	0,0%
Serviços e Fundos Autónomos	99,2	97,2	-2,0%	23,8%
Consolidação entre e intra-subsetores	77,6	63,9		
Total Consolidado	348,5	344,8	-1,1%	

O decréscimo face a 2014 resulta fundamentalmente da redução da despesa orçamentada na dotação específica destinada a contribuições e quotizações para organizações internacionais, que passa de 80 M€ em 2014 para 75 M€ em 2015, valor que corresponde aos encargos anuais estimados.

Em termos globais, o Subsector Estado regista uma variação negativa de 4,7% face a 2014 explicada quer pela redução das verbas inscritas na dotação específica quer pelo facto de a estimativa de 2014 estar a considerar na despesa com cobertura em receitas consignadas a utilização de 16,4 M€ provenientes do Fundo para as Relações Internacionais para cobertura de dívidas transitadas relativas a contribuições e quotizações para organizações internacionais.

O aumento da despesa de funcionamento do MNE, financiada por receitas gerais, na ordem dos 0,8 % resulta quer do aumento da despesa com pessoal decorrente da reversão em 20% da redução remuneratória, quer do impacto das iniciativas de política a implementar em 2015.

O impacto das iniciativas de política a implementar em 2015 tem especial incidência em despesas de pessoal e de funcionamento dos serviços internos e externos do MNE e na despesa com a rede de Ensino de Português no Estrangeiro e com a Cooperação.

Por outro lado, é de assinalar que na despesa do subsector Estado com cobertura em receitas consignadas está considerada em 2015 a orçamentação de 5 M€ correspondentes ao financiamento europeu do Programa de Estágios em Missões Portuguesas e de projetos na área dos vistos.



Para a redução em 37,1% da despesa com projetos concorre o facto de a estimativa para 2014 englobar saldos transitados de 2013, no montante de 3,6 M€. O orçamento ajustado de 2015, no valor de 3 M€ considera o financiamento de projetos na área das tecnologias de informação e comunicação, bem como no âmbito da manutenção dos edifícios afetos ao MNE.

No que respeita aos Serviços e Fundos Autónomos, a redução face a 2014 está associada ao processo de reestruturação do Instituto de Investigação Científica Tropical.

De notar que o orçamento ajustado para 2015 dos Serviços e Fundos Autónomos inclui 31,9 M€ relativos ao orçamento do Fundo para as Relações Internacionais, refletindo um nível de receita emolumentar consonante com a que tem vindo a ser arrecadada pelos serviços periféricos externos, e inclui o financiamento europeu de projetos de cooperação, correspondente a um aumento de 5,7 M€ face à estimativa para 2014.

No quadro seguinte apresenta-se a despesa consolidada do MNE isolando a despesa de funcionamento e de investimento do MNE da despesa com contribuições e quotizações para organizações internacionais e da despesa do Fundo para as Relações Internacionais.

Quadro III.2 – Despesa consolidada do MNE

	M€		Variação	Estrutura 2015
	2014 Estimativa	2015 Orçamento Ajustado		
1 MNE	178,9	184,4	3,1%	51,7%
2 Camões	56,1	61,7	10,0%	17,3%
3 IICT	6,0	3,6	-39,6%	1,0%
4 Subtotal Funcionamento e Investimento	241,0	249,7	3,6%	70,0%
5 Organizações Internacionais	96,4	75,0	-22,2%	21,0%
6 Fundo para as Relações Internacionais	37,1	31,9	-14,0%	8,9%
7 Total	374,5	356,6	-4,8%	100,0%
8 Consolidação entre e intra-subsetores	25,9	11,8		
9 Total Consolidado	348,5	344,8	-1,1%	

Em termos globais, o orçamento ajustado para 2015 da despesa de funcionamento e investimento do MNE (linha 4 do quadro) regista um aumento de 3,6 % face à estimativa para 2014 explicado fundamentalmente por:

- Aumento de 3,1% na despesa dos serviços integrados do MNE, incluindo os serviços periféricos externos do MNE (linha 1 do quadro), resultante essencialmente dos encargos associados à implementação das iniciativas de políticas definidas para 2015, do ajustamento salarial a realizar em 2015 face às novas reduções remuneratórias e da inscrição do financiamento europeu do Programa de Estágios em Missões Portuguesas e de projetos na área dos vistos.



- O aumento de 10% do Camões deve-se, por um lado, às verbas inscritas relativas ao financiamento europeu da Cooperação Delegada e, por outro lado, ao impacto de iniciativas de política a implementar em 2015.
- Redução de 39,6% no orçamento do IICT, justificada pelo processo de reestruturação deste instituto.

A dotação que financia contribuições e quotizações para organizações internacionais reduz em 22,2% face a 2014, uma vez que na estimativa para 2014 está considerado o pagamento de dívidas transitadas de anos anteriores.

A redução de 14% da dotação do Fundo para as Relações Internacionais traduz o facto de em 2014 estar considerada a aplicação em despesa de 16,4 M€ do saldo transitado de 2013 (para financiamento de dívidas de contribuições e quotizações para organizações internacionais).

O quadro III.2 apresenta a distribuição das contribuições e quotas para Organizações Internacionais pagas por Portugal, verificando-se que as Nações Unidas e a NATO, no seu conjunto, representam 86% desta despesa.

Quadro III.3 – Contribuições e quotizações para organizações internacionais – Peso relativo

	Organizações Internacionais	Peso Relativo (Encargos 2014)
1	ONU (incluindo Operações de Paz)	61,0%
2	NATO	24,8%
3	União Europeia	2,2%
4	UEO	0,1%
5	Conselho da Europa	4,5%
6	OSCE	1,5%
7	CPLP	0,9%
8	OCDE	3,1%
9	Outros	1,4%
10	Voluntárias	0,5%
11	Total Encargos 2014	100,0%



IV ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE INVESTIMENTO

O montante total do orçamento de funcionamento e de investimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2015 é de 237,9 M€ (linha 5 do Quadro IV.1), dos quais 212,6 M€ provêm do Orçamento do Estado e 25,3 M€ de receitas do Estado consignadas aos serviços do MNE e de financiamento europeu.

Quadro IV.1 – Orçamento de funcionamento e investimento

	M€				
	2014 Estimativa	Estrutura 2014 (%)	2015 Orçamento Ajustado	Estrutura 2015(%)	Varição 2014/2015
1 Ação Governativa	3,3	1,4%	3,4	1,4%	3,8%
2 Gestão Administrativa e Financeira do Orçamento do MNE	164,0	70,9%	169,7	71,3%	3,5%
3 Cooperação, Língua e Relações Externas	60,4	26,1%	63,8	26,8%	5,6%
4 Projetos	3,7	1,6%	1,0	0,4%	-72,9%
5 Subtotal Funcionamento e Investimento	231,4	100,0%	237,9	100,0%	2,8%
6 Fundo para as Relações Internacionais	37,1		31,9		-14,0%
7 Total Consolidado	268,5		269,8		0,5%

Obs.: 1) Não inclui contribuições e quotizações para organizações internacionais. 2) Subtotal Funcionamento e investimento encontra-se abatido das transferências entre organismos do programa orçamental, nomeadamente transferências do Fundo para as Relações Internacionais.

O orçamento de funcionamento e de investimento do MNE regista um acréscimo de 2,8% face a 2014 (linha 5 do Quadro IV.1), para o qual concorre o impacto das iniciativas de política a implementar em 2015, o ajustamento salarial decorrente das novas reduções remuneratórias e a inscrição de receitas provenientes do financiamento europeu do Programa de Estágios nas Missões portuguesas, em projetos na área dos vistos e da Cooperação Delegada. De referir ainda a inscrição de 1 M€ em projetos de investimento, a financiar com receitas gerais do Orçamento do Estado.

A Gestão Administrativa e Financeira do Orçamento do MNE, que agrega os encargos com os serviços centrais do MNE e os serviços periféricos externos, mantém o maior peso relativo no conjunto da despesa de funcionamento e de investimento do Ministério, representando em 2015 71,3% desta despesa.

De notar que, em 2015 e para além das verbas a financiar por receitas gerais do Orçamento do Estado, os projetos de investimento do MNE serão financiados fundamentalmente através de receitas próprias do Fundo para as Relações Internacionais.



V DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Sob a perspetiva da natureza da despesa, a situação do orçamento do MNE encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

Quadro V.1 – Despesa por classificação económica

	2014	Estrutura 2014	Orçamento ajustado 2015			Estrutura 2015
	Estimativa		Estado	SFA	Total Consolidado	
1 Encargos com pessoal	167,8	48,1%	128,1	37,2	165,4	48,0%
2 Aquisição de bens e serviços	37,6	10,8%	32,8	12,3	45,1	13,1%
3 Outras Despesas	143,1	41,1%	150,5	47,7	134,4	39,0%
4 Transferências correntes	121,9	35,0%	127,6	37,1	102,6	29,8%
5 das quais: intra-instituições do MNE	24,9	7,1%	52,0	10,1	62,1	18,0%
6 Despesas correntes	14,3	4,1%	20,2	3,1	23,3	6,8%
7 Aquisição de bens de capital	6,8	2,0%	2,7	5,3	8,0	2,3%
8 Transferências de capital	0,1	0,0%	0,1	2,0	0,4	0,1%
9 das quais: intra-instituições do MNE	1,1	0,3%	0,1	1,7	1,8	0,7%
10 Outras	0,0	0,0%	0,0	0,1	0,1	0,0%
12 Total Consolidado	348,5	100,0%	311,5	97,2	344,8	100,0%
13 CQOI	96,4	27,7%	75,0		75,0	21,7%
14 Total Consolidado s/CQOI	252,1		236,5	97,2	269,8	

As “Despesas com pessoal” mantêm entre 2014 e 2015 o seu peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, em cerca de 48% (linha 1 do Quadro V.1), mantendo-se como o agrupamento com maior peso no orçamento do MNE. As despesas com pessoal do MNE incluem os encargos com a rede do ensino de português no estrangeiro e a despesa com agentes da cooperação.

O aumento, em termos absolutos, da despesa com “Aquisição de bens e serviços” (acréscimo de 7,5 M€) está relacionado fundamentalmente com o facto de o orçamento ajustado para 2015 não se encontrar abatido dos cativos que incidem neste agrupamento de despesa (no valor de 4,9 M€). Por outro lado, verifica-se um aumento da despesa com cobertura em receita própria, com destaque para a despesa inscrita no orçamento do Fundo para as Relações Internacionais (1 M€), em particular a destinada ao financiamento de intervenções nos serviços internos e externos do MNE, a despesa orçamentada relativa à emissão do Passaporte Eletrónico Português (1 M€) – suportada através de receita própria consignada a essa despesa – e da despesa financiamento com receita arrecadada pelos serviços externos (0,4 M€).

De notar ainda o aumento em 1,2 M€ da despesa com aquisição de bens e serviços do Camões e do IICT, financiada com receita própria (crescimento de 0,5 M€) e através do financiamento europeu da Cooperação Delegada (aumento de 0,7 M€).

A redução da despesa com “Transferências Correntes”, que passa de 127,6 M€ em 2014 para 102,6 M€ em 2015 deve-se à inclusão em 2014 da verba transferida do Fundo para as Relações Internacionais para o financiamento de dívidas com contribuições e quotizações para organizações internacionais, num total de 16,4 M€, e à diminuição das verbas inscritas para



financiamento de contribuições e quotizações em 5 M€ tendo em conta a orçamentação correspondente aos encargos anuais com esta área de despesa do MNE.

O aumento no agrupamento “Despesas Correntes” (de 14,3 M€ em 2014 para 23,7 M€ em 2015) deve-se sobretudo ao facto de terem sido inscritos em 2015 cerca de 5 M€ relativos ao financiamento europeu do Programa de Estágios nas Missões portuguesas e de projetos na área dos vistos, bem como ao crescimento da despesa inscrita no orçamento do Fundo para as Relações Internacionais (aumento de 2,3 M€).

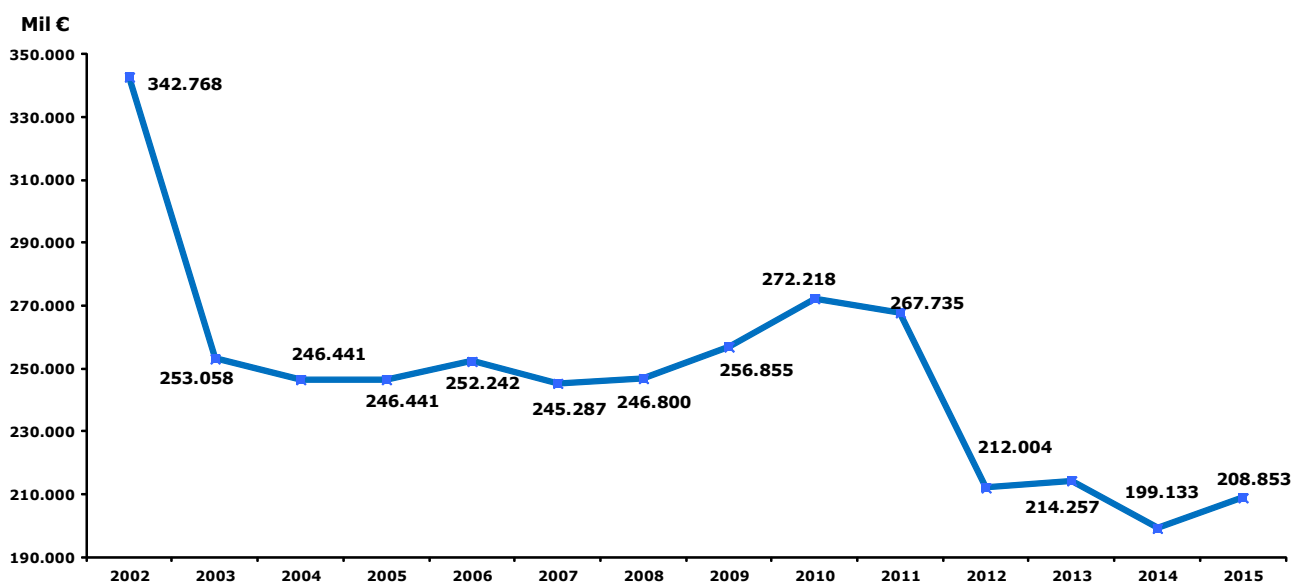
A dotação específica destinada a contribuições e quotizações para organizações internacionais vê o seu peso relativo no total da despesa do MNE decrescer de 27,7% em 2014 para 21,7% em 2015.



VI EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MNE

O gráfico abaixo apresentado mostra a evolução das despesas do MNE (incluindo apenas as receitas gerais do Estado) no período de 2002 a 2015.

Gráfico VI.1 – Evolução Orçamento de Funcionamento do MNE



(1) Orçamento de funcionamento do MNE sem Presidência da União Europeia, Fundo para as Relações Internacionais, Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais e Instituto de Investigação Científica Tropical

(2) 2014 - Orçamento corrigido abatido de cativos, excluindo encargos no âmbito do programa de rescisões

(3) 2015 - Orçamento ajustado

O crescimento registado entre 2009 e 2010 deve-se ao facto de, a partir de 2010, as atribuições relativas à rede de ensino do Português no estrangeiro terem sido transferidas do Ministério da Educação para o Instituto Camões, com o conseqüente reflexo no orçamento deste Instituto.

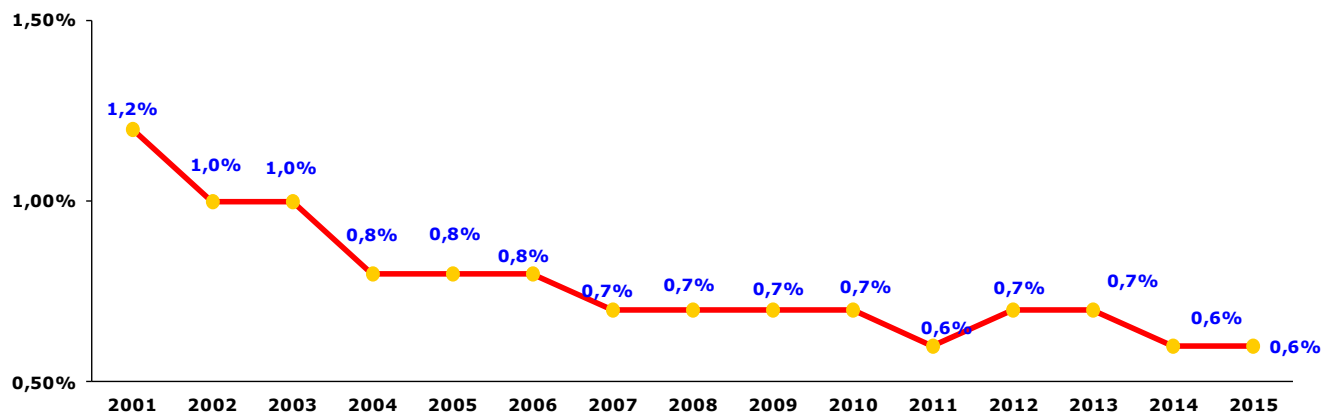
O acréscimo de 15,6 M€ entre 2012 e 2013 resulta fundamentalmente da reposição do subsídio de férias e de Natal, no valor de 17,1 M€.

Em 2014, o MNE regista uma quebra acentuada do seu orçamento de Funcionamento em resultado da acomodação do impacto das medidas de redução de despesa que terão de ser implementadas. De notar que o valor para 2014 inclui o reforço orçamental do 2º Orçamento Retificativo para fazer face ao acréscimo de encargos decorrente da não aplicação de reduções remuneratórias entre junho e 12 de setembro de 2014.

O crescimento registado em 2015 deve-se essencialmente ao impacto das iniciativas de política a implementar em 2015, ao ajustamento salarial decorrente das novas reduções remuneratórias.



Gráfico VI.2 – Peso relativo do MNE no total do OE





VII REDE EXTERNA

No estrangeiro as atribuições do Ministério são prosseguidas pelas embaixadas, consulados gerais, consulados e vice-consulados, missões e representações permanentes e escritórios consulares. O número atual de serviços na rede externa é de 130, com a seguinte distribuição por tipo de posto diplomático:

Quadro VII.1 – Serviços da rede externa por tipo de posto diplomático



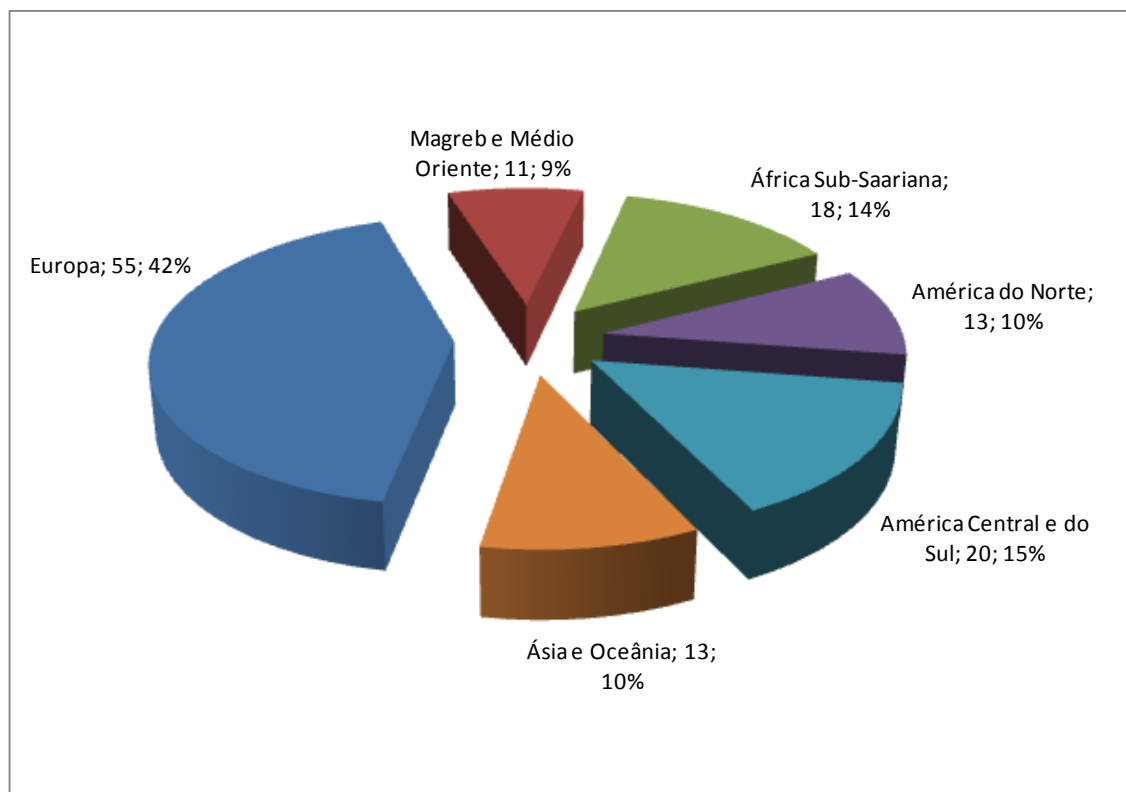
A diferença no número de postos diplomáticos entre 2013 e 2014 reflete a desativação temporária da Embaixada em Bratislava e o encerramento do Escritório Consular em Ajaccio.

De referir que se consolidou o funcionamento da secção consular em Islamabad e que estão em vias de consolidação as antenas diplomáticas em Astana e no Panamá.

A distribuição geográfica dos serviços da rede externa, constante do gráfico VII.1 e do quadro VII.2 infra, mostra que em termos relativos os postos diplomáticos se encontram mais concentrados no continente europeu e americano.



Gráfico VII.1 – Distribuição geográfica dos postos diplomáticos



Quadro VII.2 – Localização dos postos diplomáticos

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia	Total
Embaixadas	29	11	12	2	9	9	72
Consulados gerais	15	-	6	7	5	4	37
Consulados	-	-	-	1	1	-	2
Vice Consulados	2	-	-	1	5	-	8
Missões e Representações Permanentes	7	-	-	1	-	-	8
Escritórios consulares	2	-	-	1	-	-	3
Total	55	11	18	13	20	13	130



VIII RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 31 de dezembro de 2014, serão constituídos por um total estimado de 3.239 efetivos (excluindo o IICT e o pessoal dos Centros Culturais), o que representa um decréscimo de cerca de 5% em relação a 2013.

Quadro VIII.1 – Variação de efetivos 2013/2014 e distribuição por agrupamento profissional

		Unid: Efetivos		
		2013	2014	Varição 2013/2014
1	Diplomatas	439	418	-21
2	Pessoal Especializado	58	55	-3
3	Pessoal Técnico	422	419	-3
4	Assistente Técnico	322	282	-40
5	Assistente Operacional	80	72	-8
6	Pessoal Local (Serviços Externos)	1.499	1.398	-101
7	Leitores e Docentes	52	52	0
8	Professores e Coordenadores	371	371	0
9	Subtotal Efetivos MNE	3.243	3.067	-176
10	Agentes Cooperação	172	172	0
11	Total	3.415	3.239	-176

Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (153 em 2013 e 108 em 2014) e o pessoal dos centros culturais (contratados)

Do quadro acima verifica-se que o número total de efetivos entre o ano 2013 e 2014 registou um decréscimo de 176 efetivos, tendo passado de um total de 3.415 para 3.239 efetivos. Esta variação, que mantém a tendência de decréscimo de efetivos registada nos últimos anos, resulta essencialmente de:

- Redimensionamento da rede diplomática e consular, com uma redução mais acentuada no pessoal local;
- Adesão ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo (num total de 101 trabalhadores, dos quais 98 assistentes técnicos e operacionais e 3 técnicos superiores), com impacto significativo no pessoal dos serviços externos (83% do total);
- Aposentações, num total de 112 aposentações até outubro de 2014, das quais 80 nos serviços internos e 32 nos serviços externos;

Da análise da distribuição dos efetivos por serviço, constante do quadro infra, conclui-se que os serviços que mais contribuíram para a diminuição de efetivos foram os serviços externos do MNE e a Secretaria-Geral.



Quadro VIII.2 – Variação de efetivos 2013/2014 e distribuição por organismos do Ministério

Unid: Efetivos

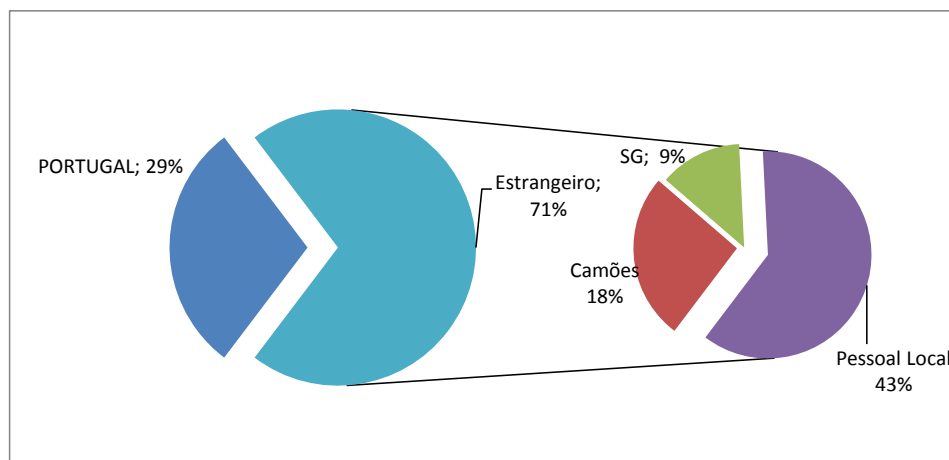
	2013	2014	Varição 2013/2014
1 GABINETES	57	60	3
2 MNE - Serviços internos	1.082	1.012	-70
3 Secretaria Geral	763	680	-83
4 Direção-Geral dos Assuntos Europeus	121	124	3
5 Direção-Geral de Política Externa	108	108	0
6 Inspeção-Geral Diplomática e Consular	15	17	2
7 Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas	75	83	8
8 MNE - Serviços externos	1.499	1.398	-101
9 MNE - Serviços e fundos autónomos	777	769	-8
10 Camões	777	769	-8
11 Total	3.415	3.239	-176

Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (153 em 2013 e 108 em 2014) e o pessoal dos centros culturais (contratados)

A distribuição geográfica dos recursos humanos do Ministério entre Portugal e o estrangeiro, constante do gráfico infra, mostra que 71% dos efetivos se encontram em funções nos serviços periféricos externos.

No quadro VIII.3 apresenta-se a caracterização destes efetivos por agrupamento profissional.

Gráfico VIII.1 – Localização de efetivos em 2014 e distribuição no estrangeiro por organismo





Quadro VIII.3 – Localização de efetivos em 2014 e distribuição por agrupamento profissional

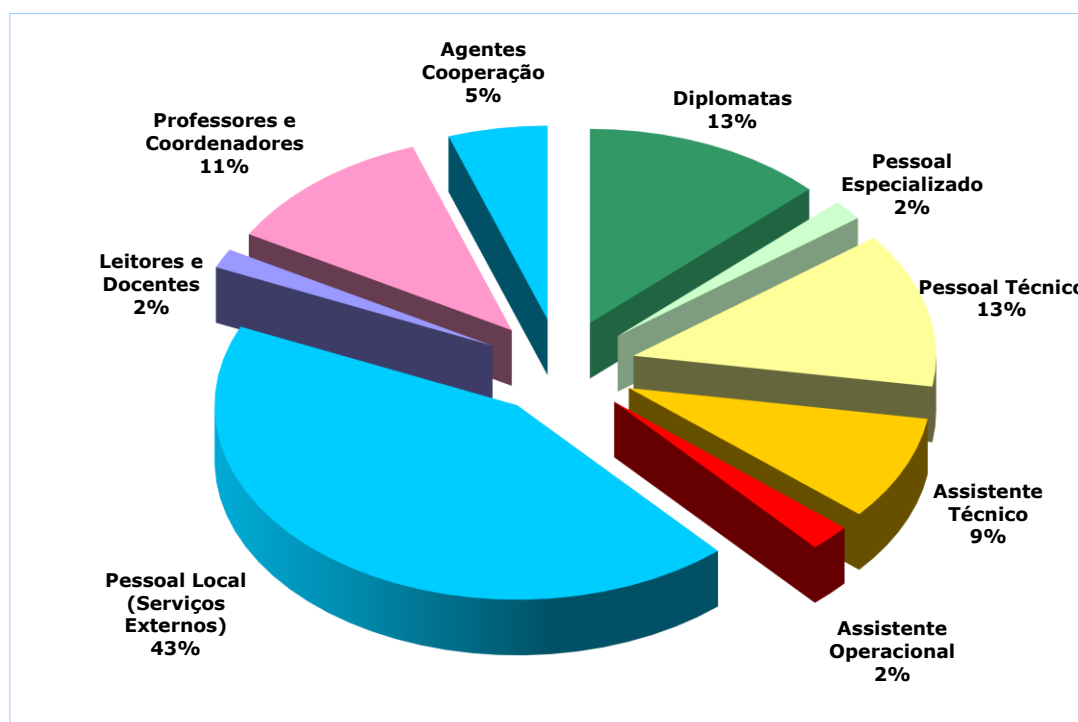
Unid: Efetivos

	2014		Total
	Portugal	Estrangeiro	
1 Diplomatas	184	234	418
2 Pessoal Especializado		55	55
3 Pessoal Técnico	415	4	419
4 Assistente Técnico	280	2	282
5 Assistente Operacional	72		72
6 Pessoal Local (Serviços Externos)		1.398	1.398
7 Leitores e Docentes		52	52
8 Professores e Coordenadores		371	371
9 Subtotal Efetivos MNE	951	2.116	3.067
10 Agentes Cooperação	0	172	172
11 Total	951	2.288	3.239

Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (108) e o pessoal dos centros culturais (contratados)

Da distribuição dos efetivos em 2014 por agrupamento profissional verifica-se que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem uma taxa de tecnicidade bastante significativa.

Gráfico VIII.2 - Efetivos em 2014 – peso relativo por agrupamento profissional

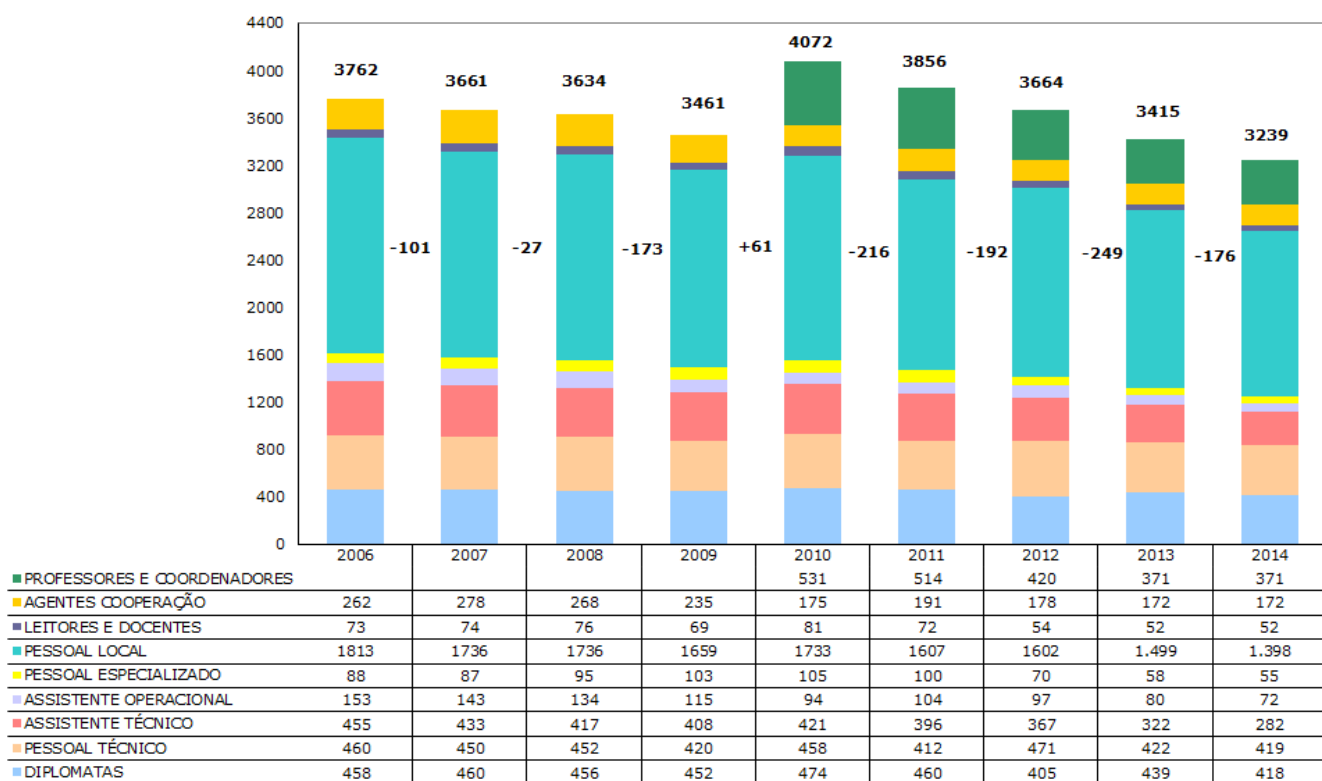




Conforme gráfico infra, em 2014 registou-se uma diminuição de 176 efetivos face a 2013, retomando-se desta forma a tendência de redução dos últimos anos que, relembra-se, foi descontinuada em 2010 pela inclusão dos professores e coordenadores do ensino de Português no Estrangeiro nos efetivos do Instituto Camões e pela integração e regularização de situações relativas ao pessoal local.

Para esta redução contribuiu fundamentalmente a implementação de medidas de redução de despesa de natureza transversal, caso do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo e da saída de efetivos para a situação de aposentação, e de natureza setorial, nomeadamente o redimensionamento da rede diplomática.

Gráfico VIII.3 – Efetivos de 2006 a 2014 – Evolução por agrupamento profissional



Analisando a variação de efetivos dos últimos 5 anos (2010-2014), verifica-se que o MNE registou uma redução na ordem dos 833 trabalhadores, correspondente a 20%, sendo de salientar que:

- Em termos absolutos, esta diminuição de efetivos teve maior impacto no pessoal dos serviços externos (-335 trabalhadores, redução de 19%), na Rede de Ensino de Português no Estrangeiro (-160 trabalhadores, redução de 30%) e na carreira de Assistente Técnico (- 139 trabalhadores, redução de 33%).
- Em termos relativos, a maior redução registou-se no pessoal especializado que exerce funções nos serviços externos (corte de 48%), nos Leitores (redução de 36%) e na carreira de Assistente Técnico (decréscimo de 33%).